



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 001/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia **04 de fevereiro de 2020**, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia.

#### **1. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A LAURO DE FREITAS - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

	INSCRITOS
1	Oto Almeida Oliveira Júnior
2	Paola Roberta de Souza Estefam
3	Suzilene Maria Ribeiro Sousa Marques
4	Paulo Cesar de Azevedo
5	João Manoel Santana Rodrigues
6	Augusto Joaquim de Azevedo Júnior
7	Ana Claudia Fonseca Costa
8	Adriano Freire de Carvalho Marques
9	Rafael Henrique Tarcia Andreazzi
10	Ernesto Cabral de Medeiros
11	Tiago Ávila de Souza
12	Ana Carolina Campos Tavares Gomes Freitas
13	Carlos André Milton Pereira
14	Anna Karina Omena Vasconcellos Senna
15	Helber Luiz Batista
16	Verena Aguiar Silveira
17	Tarcísio Robslei França
18	Victor Freitas Leite Barros
19	Bruno Pinto e Silva
20	Pedro Paulo de Paula Vilela Andrade



21	Romeu Gonsalves Coelho Filho
22	Mariana Araújo Libório
23	Marcos David Gaspar Bezerra
24	Márcio Bellazzi de Oliveira
25	Thiago Lisboa Bahia

**2. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A PAULO AFONSO - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

INSCRITOS	
1	Carlos Augusto Machado de Brito – Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso (Atuação: Criminal; Juizado Especial Criminal - 1ª Vara; Defesa do Consumidor (Cível e Criminal)).

**3. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A PAULO AFONSO - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA FINAL, OU VAGA REMANESCENTE.**

**Desistência de todos os candidatos**

**4. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A PORTO SEGURO - 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

INSCRITOS	
1	João Paulo de Carvalho da Costa - Promovido em 22/11/2019

**5. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A SENHOR DO BONFIM - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

INSCRITOS	
1	Aline Curvêlo Tavares de Sá – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim (Atuação: Criminal; Infância e Juventude (Cível e Criminal); Violência Doméstica contra a Mulher (Cível e Criminal))



**6. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A SENHOR DO BONFIM - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA FINAL, OU VAGA REMANESCENTE.**

**Desistência de todos os candidatos**

**7. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A IRARÁ - 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	<b>INSCRITOS</b>
1	Lara Vasconcelos Palmeira Cruz Leone

**8. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A ITAMARAJU - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	<b>INSCRITOS</b>
1	Mariana Araújo Libório

**9. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A ITAPARICA - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	<b>INSCRITOS</b>
1	Márcia Munique Andrade de Oliveira
2	Marcel Bittencourt Silva
3	Cintia Campos da Silva
4	Lucas da Silva Santana
5	Lara Vasconcelos Palmeira Cruz Leone

**10. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A NAZARÉ - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	<b>INSCRITOS</b>
1	Cintia Campos da Silva
2	Lucas da Silva Santana
3	Lara Vasconcelos Palmeira Cruz Leone



11. **PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.41779/2019 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE A PROMOTORA DE JUSTIÇA MAYANNA FERREIRA RIBEIRO FLORIANO, TITULAR DA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VALENÇA E O PROMOTOR DE JUSTIÇA FRANK MONTEIRO FERRARI, TITULAR DA 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ILHÉUS;**
12. **PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.35035/2019. ASSUNTO: REALTÓRIO DE ATIVIDADES DO CURSO DE DOUTORADO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ALICIA VIOLETA BOTELHO S. PASSEGGI. RELATORA: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS.**
13. **DELIBERAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE SERÃO OFERECIDAS AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS, VISANDO ATENDER O INTERESSE PÚBLICO.**
14. **RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

- 14.1. Procedimento Ministerial nº 596.9.32707/2019, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 14.2. Inquérito Civil nº 692.0.71160/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 14.3. Inquérito Civil nº 608.0.171680/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 14.4. Procedimento Ministerial nº 608.0.248103/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 14.5. Procedimento Ministerial nº 646.0.162601/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.6. Inquérito Civil nº 699.0.53383/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 14.7. Inquérito Civil nº 597.0.192445/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.8. Inquérito Civil nº 003.0.187472/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 14.9. Inquérito Civil nº 191.0.111253/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 14.10. Inquérito Civil nº 596.0.96856/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

- 14.11. Inquérito Civil nº 676.0.181266/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 14.12. Procedimento Ministerial nº 003.0.86200/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.13. Inquérito Civil nº 003.0.178870/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.14. Inquérito Civil nº 597.0.101577/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.15. Inquérito Civil nº 003.0.256976/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do



Consumidor;

14.16. Procedimento Ministerial nº 592.9.28423/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

14.17. Inquérito Civil nº 003.0.243350/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Feira de Santana;

14.18. Inquérito Civil nº 591.0.97375/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

14.19. Inquérito Civil nº 600.9.10279/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

14.20. Inquérito Civil nº 600.9.21416/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

14.21. Inquérito Civil nº 600.9.63345/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

14.22. Inquérito Civil nº 674.0.76143/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

14.23. Inquérito Civil nº 167.0.194597/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

14.24. Inquérito Civil nº 163.0.80421/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;

14.25. Inquérito Civil nº 644.9.195608/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;

14.26. Inquérito Civil nº 597.0.36439/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

14.27. Inquérito Civil nº 677.0.86494/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

14.28. Inquérito Civil nº 003.0.149280/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.29. Inquérito Civil nº 696.9.97362/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

14.30. Inquérito Civil nº 003.0.104328/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

14.31. Inquérito Civil nº 003.0.151856/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;

14.32. Inquérito Civil nº 702.9.40996/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

14.33. Inquérito Civil nº 692.0.123787/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

14.34. Inquérito Civil nº 674.0.187762/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

14.35. Inquérito Civil nº 646.0.179690/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

14.36. Inquérito Civil nº 646.0.173518/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

14.37. Inquérito Civil nº 598.9.196341/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

14.38. Inquérito Civil nº 591.0.217667/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

14.39. Inquérito Civil nº 003.9.222972/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

14.40. Inquérito Civil nº 597.9.111272/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

14.41. Inquérito Civil nº 003.9.15712/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

14.42. Inquérito Civil nº 003.0.99121/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

14.43. Procedimento Ministerial nº 003.0.80300/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do



Meio Ambiente;

14.44. Procedimento Ministerial nº 003.0.201375/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.45. Inquérito Civil nº 003.0.126570/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

14.46. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.187794/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

14.47. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 003.9.146900/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

14.48. Inquérito Civil nº 593.9.63633/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

14.49. Inquérito Civil nº 646.0.118300/2009, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

14.50. Inquérito Civil nº 592.0.188398/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

14.51. Inquérito Civil nº 003.9.61435/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

14.52. Procedimento Ministerial nº 003.0.163692/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

14.53. Procedimento Ministerial nº 699.9.82029/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

14.54. Procedimento Ministerial nº 702.0.8254/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

14.55. Inquérito Civil nº 608.9.211516/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

14.56. Inquérito Civil nº 254.9.210250/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;

14.57. Inquérito Civil nº 003.9.14604/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

14.58. Inquérito Civil nº 646.0.172531/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

14.59. Inquérito Civil nº 933.9.112945/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

14.60. Inquérito Civil nº 6556.9.11377/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;

14.61. Inquérito Civil nº 708.9.88313/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

14.62. Procedimento Ministerial nº 699.0.180693/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

14.63. Inquérito Civil nº 674.9.65483/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

14.64. Inquérito Civil nº 702.9.32974/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

14.65. Procedimento Ministerial nº 058.9.85161/2017, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;

14.66. Procedimento Ministerial nº 190.9.109090/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;



- 14.67. Inquérito Civil nº 600.9.122432/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 14.68. Procedimento Ministerial nº 003.9.3359/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;
- 14.69. Inquérito Civil nº 597.0.180946/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.70. Inquérito Civil nº 646.0.153066/2015, da 3ª Promotoria de Itabuna;
- 14.71. Inquérito Civil nº 034.0.31366/2015, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 14.72. Inquérito Civil nº 003.9.83916/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.73. Inquérito Civil nº 598.0.21471/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 14.74. Inquérito Civil nº 167.0.121800/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 14.75. Procedimento Ministerial nº 702.0.103559/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 14.76. Inquérito Civil nº 646.0.173565/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.77. Procedimento Ministerial nº 521.0.26907/2013, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 14.78. Procedimento Ministerial nº 699.9.3558/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 14.79. Inquérito Civil nº 085.9.90882/2019, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 14.80. Inquérito Civil nº 680.9.51987/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 14.81. Inquérito Civil nº 680.0.183765/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 14.82. Inquérito Civil nº 593.0.84559/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.83. Inquérito Civil nº 646.9.263134/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.84. Inquérito Civil nº 003.9.65679/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.85. Inquérito Civil nº 228.0.35461/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Pojuca;
- 14.86. Inquérito Civil nº 696.0.161227/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 14.87. Inquérito Civil nº 696.9.150224/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 14.88. Inquérito Civil nº 714.9.53005/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 14.89. Inquérito Civil nº 705.0.64607/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 14.90. Inquérito Civil nº 646.0.178878/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.91. Inquérito Civil nº 003.9.17357/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 14.92. Inquérito Civil nº 608.0.205255/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 14.93. Procedimento Ministerial nº 058.9.83749/2017, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
- 14.94. Inquérito Civil nº 705.0.110667/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 14.95. Inquérito Civil nº 699.0.44380/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 14.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.133539/2013, da Promotoria de Justiça



- Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 14.97. Inquérito Civil nº 591.0.140973/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 14.98. Inquérito Civil nº 708.0.121284/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.99. Inquérito Civil nº 167.0.228978/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 14.100. Inquérito Civil nº 003.9.121988/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.101. Inquérito Civil nº 597.0.157253/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 14.102. Procedimento Ministerial nº 003.0.133558/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 14.103. Inquérito Civil nº 003.9.17569/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.104. Inquérito Civil nº 646.9.4218/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.105. Inquérito Civil nº 646.0.206697/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.106. Inquérito Civil nº 003.0.44401/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 14.107. Inquérito Civil nº 003.074349/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:**

- 14.108. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.154346/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.109. Inquérito Civil nº 646.0.178622/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.110. Inquérito Civil nº 597.0.39561/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.111. Procedimento Ministerial nº 592.9.77521/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 14.112. Inquérito Civil nº 708.9.151467/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.113. Inquérito Civil nº 600.9.64733/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 14.114. Inquérito Civil nº 674.9.4983/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.115. Inquérito Civil nº 646.9.202451/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.116. Procedimento Ministerial nº 003.9.125283/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.117. Procedimento Ministerial nº 069.0.104182/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 14.118. Inquérito Civil nº 003.9.131684/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Capital;
- 14.119. Procedimento Ministerial nº 003.0.195225/2013, da Promotoria de Justiça especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 14.120. Inquérito Civil nº 674.0.229419/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;





- 14.121. Procedimento Ministerial nº 596.0.143429/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 14.122. Procedimento Ministerial nº 646.0.19041/2010, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.123. Inquérito Civil nº 003.0.226051/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.124. Inquérito Civil nº 705.0.164498/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 14.125. Inquérito Civil nº 003.9.97085/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.126. Procedimento Ministerial nº 674.9.99260/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.127. Inquérito Civil nº 600.0.28418/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 14.128. Inquérito Civil nº 003.9.234439/2019, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 14.129. Inquérito Civil nº 698.0.63664/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 14.130. Procedimento Ministerial nº 674.9.159182/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.131. Inquérito Civil nº 279.0.175783/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 14.132. Inquérito Civil nº 646.0.188084/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.133. Procedimento Ministerial nº 003.9.21433/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.134. Inquérito Civil nº 170.0.242160/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;
- 14.135. Inquérito Civil nº 590.0.197653/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 14.136. Inquérito Civil nº 590.9.2928/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 14.137. Procedimento Ministerial nº 593.0.13302/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.138. Inquérito Civil nº 003.0.13553/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 14.139. Inquérito Civil nº 003.9.55123/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.140. Inquérito Civil nº 593.9.140963/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.141. Inquérito Civil nº 003.0.183726/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 14.142. Procedimento Ministerial nº 680.0.113887/2011, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 14.143. Inquérito Civil nº 003.0.49712/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.144. Inquérito Civil nº 646.0.189123/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.145. Inquérito Civil nº 003.9.112346/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 14.146. Inquérito Civil nº 702.0.164845/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de



Jacobina;

14.147. Inquérito Civil nº 646.0.145590/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

14.148. Procedimento Ministerial nº 003.9.142402/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

14.149. Inquérito Civil nº 003.9.116994/2019 do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.150. Inquérito Civil nº 933.0.166998/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

14.151. Procedimento Ministerial nº 593.0.58045/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

14.152. Procedimento Ministerial nº 656.9.57366/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;

14.153. Inquérito Civil nº 679.0.111370/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;

14.154. Inquérito Civil nº 702.0.130710/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

14.155. Procedimento Ministerial nº 069.9.225880/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

14.156. Inquérito Civil nº 167.0.20775/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

14.157. Inquérito Civil nº 001.0.98854/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

14.158. Inquérito Civil nº 681.0.26830/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

14.159. Inquérito Civil nº 003.0.114549/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.160. Procedimento Ministerial nº 591.9.29231/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

14.161. Procedimento Ministerial nº 003.0.162660/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.162. Procedimento Ministerial nº 709.9.139398/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

14.163. Inquérito Civil nº 003.9.53364/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

14.164. Inquérito Civil nº 592.0.134998/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

14.165. Inquérito Civil nº 003.9.219774/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

14.166. Inquérito Civil nº 705.0.227864/2015, da 6ª Promotoria de Paulo Afonso.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

14.167. Inquérito Civil nº 593.9.114362/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

14.168. Inquérito Civil nº 674.0.81790/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

14.169. Inquérito Civil nº 003.0.134660/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;



- 14.170. Inquérito Civil nº 608.9.141607/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 14.171. Inquérito Civil nº 593.0.109302/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.172. Inquérito Civil nº 279.0.236463/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 14.173. Inquérito Civil nº 647.0.45597/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 14.174. Inquérito Civil nº 933.0.197790/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 14.175. Procedimento Ministerial nº 699.9.9572/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 14.176. Procedimento Ministerial nº 676.9.51048/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 14.177. Inquérito Civil nº 268.0.256595/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha;
- 14.178. Procedimento Ministerial nº 088.9.57591/2019, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 14.179. Inquérito Civil nº 003.1.67633/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 14.180. Procedimento Ministerial nº 720.9.82871/2017, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 14.181. Inquérito Civil nº 593.0.61534/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.182. Inquérito Civil nº 308.0.162589/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 14.183. Inquérito Civil nº 705.0.106517/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 14.184. Inquérito Civil nº 003.0.197445/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 14.185. Inquérito Civil nº 699.0.178844/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 14.186. Inquérito Civil nº 676.0.177566/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 14.187. Inquérito Civil nº 003.9.72667/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 14.188. Inquérito Civil nº 114.0.217165/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 14.189. Inquérito Civil nº 114.9.13125/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 14.190. Procedimento Ministerial nº 597.9.230050/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.191. Procedimento Ministerial nº 003.0.179132/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 14.192. Procedimento Ministerial nº 593.0.209057/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.193. Inquérito Civil nº 593.0.214295/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de



Barreiras;

14.194. Inquérito Civil nº 003.9.121026/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

14.195. Inquérito Civil nº 347.0.196359/2011, da Promotoria de Justiça de Utinga;

14.196. Inquérito Civil nº 003.9.37275/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.197. Procedimento Ministerial nº 069.9.36757/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

14.198. Inquérito Civil nº 597.9.60873/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

14.199. Inquérito Civil nº 698.9.31191/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

14.200. Inquérito Civil nº 003.9.83268/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

14.201. Inquérito Civil nº 003.0.134896/2007, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

14.202. Inquérito Civil nº 003.9.212787/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.203. Inquérito Civil nº 680.9.158793/2018, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

14.204. Inquérito Civil nº 003.0.143892/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;

14.205. Inquérito Civil nº 646.0.102520/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:**

14.206. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.77310/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

14.207. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.50525/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

14.208. Procedimento Ministerial nº 596.9.266562/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

14.209. Inquérito Civil nº 597.9.164339/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

14.210. Inquérito Civil nº 057.9.245534/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

14.211. Inquérito Civil nº 705.2.68498/2005, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

14.212. Inquérito Civil nº 003.9.182400/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

14.213. Inquérito Civil nº 702.9.53679/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

14.214. Inquérito Civil nº 696.9.127718/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

14.215. Inquérito Civil nº 708.9.88013/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

14.216. Inquérito Civil nº 705.0.110297/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;



- 14.217. Inquérito Civil nº 600.9.46747/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 14.218. Procedimento Ministerial nº 694.0.103673/2009, da Promotoria de Justiça de Rui Barbosa;
- 14.219. Inquérito Civil nº 600.9.27184/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 14.220. Inquérito Civil nº 608.9.159920/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 14.221. Inquérito Civil nº 593.9.19589/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.222. Inquérito Civil nº 646.0.201567/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.223. Inquérito Civil nº 674.9.92523/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.224. Inquérito Civil nº 714.0.87769/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicarai;
- 14.225. Inquérito Civil nº 003.9.121406/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.226. Inquérito Civil nº 597.0.38811/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.227. Inquérito Civil nº 646.0.99032/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.228. Inquérito Civil nº 674.0.237420/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.229. Procedimento Ministerial nº 069.9.36001/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 14.230. Inquérito Civil nº 003.9.222113/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.231. Inquérito Civil nº 003.9.75642/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.232. Inquérito Civil nº 003.9.122060/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.233. Inquérito Civil nº 003.0.173727/2015, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 14.234. Inquérito Civil nº 003.9.44364/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 14.235. Inquérito Civil nº 692.9.129382/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi.

**RELATORA: EXMA. SRA. DR.ª PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:**

- 14.236. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 268.9.148477/2018, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 14.237. Procedimento Ministerial nº 003.0.85651/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 14.238. Procedimento Ministerial nº 003.9.19830/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.239. Procedimento Ministerial nº 167.0.84043/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 14.240. Inquérito Civil nº 933.9.76329/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís



Eduardo Magalhães;

- 14.241. Inquérito Civil nº 597.0.1274/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 14.242. Inquérito Civil nº 003.0.127298/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.243. Inquérito Civil nº 003.0.177926/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.244. Inquérito Civil nº 702.9.161088/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 14.245. Inquérito Civil nº 167.9.67650/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 14.246. Inquérito Civil nº 167.9.67663/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 14.247. Inquérito Civil nº 029.0.32667/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 14.248. Inquérito Civil nº 676.0.79652/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 14.249. Inquérito Civil nº 590.0.241851/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 14.250. Procedimento Ministerial nº 003.0.59043/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.251. Procedimento Ministerial nº 003.0.59043/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.252. Inquérito Civil nº 644.0.232254/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 14.253. Inquérito Civil nº 646.0.204683/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.254. Inquérito Civil nº 674.9.40683/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.255. Inquérito Civil nº 003.9.109737/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.256. Procedimento Ministerial nº 003.0.147423/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.257. Inquérito Civil nº 708.9.190132/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.258. Inquérito Civil nº 646.0.179276/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.259. Inquérito Civil nº 593.0.104149/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.260. Inquérito Civil nº 254.0.116866/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 14.261. Procedimento Ministerial nº 702.9.218569/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 14.262. Inquérito Civil nº 598.9.255643/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 14.263. Inquérito Civil nº 646.0.177169/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;



- 14.264. Procedimento Ministerial nº 702.0.103551/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 14.265. Inquérito Civil nº 681.0.182998/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 14.266. Inquérito Civil nº 702.0.130051/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 14.267. Inquérito Civil nº 708.0.233384/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.268. Inquérito Civil nº 003.0.149525/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.269. Inquérito Civil nº 702.9.170476/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 14.270. Inquérito Civil nº 003.0.103618/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.271. Inquérito Civil nº 003.0.176867/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.272. Inquérito Civil nº 114.9.104011/2018, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 14.273. Inquérito Civil nº 003.0.222679/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 14.274. Inquérito Civil nº 094.0.30819/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 14.275. Inquérito Civil nº 596.0.36745/2013, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 14.276. Inquérito Civil nº 003.0.80961/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.277. Inquérito Civil nº 003.0.62003/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 14.278. Inquérito Civil nº 003.0.188557/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.279. Inquérito Civil nº 101.0.200571/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 14.280. Procedimento Ministerial nº 003.0.10286/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.281. Inquérito Civil nº 268.9.24880/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 14.282. Inquérito Civil nº 674.0.167255/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.283. Inquérito Civil nº 694.0.101730/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 14.284. Inquérito Civil nº 003.0.135490/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.285. Procedimento Ministerial nº 003.0.255280/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

- 14.286. Procedimento Ministerial nº 593.0.108358/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.287. Inquérito Civil nº 593.0.215057/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de



- Barreiras;
- 14.288. Inquérito Civil nº 593.9.142388/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.289. Procedimento Ministerial nº 593.9.30852/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.290. Inquérito Civil nº 646.0.68176/2013, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.291. Procedimento Ministerial nº 647.0.137693/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 14.292. Procedimento Ministerial nº 647.0.45594/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 14.293. Inquérito Civil nº 647.9.68604/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 14.294. Procedimento Ministerial nº 680.0.240948/2016, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 14.295. Inquérito Civil nº 702.0.130192/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 14.296. Inquérito Civil nº 598.0.46279/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 14.297. Inquérito Civil nº 676.0.121864/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 14.298. Procedimento Ministerial nº 596.9.8222/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 14.299. Inquérito Civil nº 027.0.53212/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 14.300. Inquérito Civil nº 003.0.169541/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.301. Inquérito Civil nº 674.9.101393/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 14.302. Procedimento Ministerial nº 269.9.134445/2019, da Promotoria de Justiça de Santa Luz;
- 14.303. Inquérito Civil nº 167.0.65426/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 14.304. Procedimento Ministerial nº 003.9.12149/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.305. Inquérito Civil nº 644.9.176672/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 14.306. Inquérito Civil nº 211.0.211472/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 14.307. Inquérito Civil nº 598.9.83857/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 14.308. Inquérito Civil nº 003.0.140007/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.309. Inquérito Civil nº 593.9.19519/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.310. Procedimento Ministerial nº 708.9.103208/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.311. Procedimento Ministerial nº 598.9.208222/2019, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;





- 14.312. Inquérito Civil nº 003.1.97448/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 14.313. Inquérito Civil nº 254.0.180157/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 14.314. Inquérito Civil nº 003.0.94934/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.315. Inquérito Civil nº 254.9.114541/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 14.316. Inquérito Civil nº 186.0.85766/2009, da Promotoria de Justiça de Mundo Novo.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

- 14.317. Procedimento Ministerial nº 593.9.7282/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 14.318. Inquérito Civil nº 003.9.193196/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 14.319. Inquérito Civil nº 600.9.56363/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 14.320. Inquérito Civil nº 720.9.84310/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 14.321. Inquérito Civil nº 003.0.251607/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 14.322. Inquérito Civil nº 600.9.56381/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 14.323. Procedimento Ministerial nº 003.9.193535/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.324. Inquérito Civil nº 003.9.58405/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.325. Procedimento Ministerial nº 003.9.142780/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.326. Inquérito Civil nº 003.9.191475/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.327. Procedimento Ministerial nº 003.0.166916/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.328. Procedimento Ministerial nº 003.0.150169/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.329. Inquérito Civil nº 647.0.50957/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 14.330. Inquérito Civil nº 646.0.201885/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 14.331. Inquérito Civil nº 003.9.208194/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 14.332. Inquérito Civil nº 003.0.12368/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 14.333. Inquérito Civil nº 719.0.120728/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 14.334. Inquérito Civil nº 003.9.219653/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

14.335. Inquérito Civil nº 646.0.251509/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
14.336. Inquérito Civil nº 190.0.155992/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré.

## **15. O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 27 de janeiro de 2020.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público